

MULHERES E REVOLUÇÃO: AS MILITANTES DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN)

MARIA CLAUDIA BADAN RIBEIRO*

RESUMO: O presente texto trata das redes de solidariedade formadas por mulheres que mantiveram vínculos orgânicos com a ALN (Ação Libertadora Nacional) e que prestaram os mais diversos tipos de colaboração a essa organização, participando não apenas de ações armadas, mas desempenhando também um papel primordial na retaguarda do movimento armado. A colaboração dessas mulheres foi parte também das transformações que se processaram na sociedade da época com relação à participação da mulher no espaço público. Sua atividade foi fundamental para garantir a vida de pessoas, bem como permitir a continuação das atividades da organização no Brasil, em especial nos momentos mais repressivos da ditadura. Muito além de pequenos gestos, como se supõe, essas mulheres formaram uma força discreta, que deu aos militantes clandestinos a estabilidade necessária para continuarem na luta.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Resistência; Memória; ALN; Ditadura civil-militar.

ABSTRACT: The research aimed to restore the solidarity networks formed by women who maintained organic links with the ALN (National Liberation Action), which provided the most diverse types of contributions to that organization, participating not only directly to armed actions, but also playing a pivotal role in the rear of the armed movement. The collaboration of these women was also part of the changes in the society of that time with respect to women's participation in public space. Its activity was essential to safeguard the lives of people as well as to enable continuation of the organization's

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutora pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL/Sorbonne Nouvelle). Bolsista CAPES n° 9593-11-0. Atualmente Pesquisadora Colaboradora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: mariaclaudia_badanribeiro@yahoo.com.br

activities in Brazil, especially in the most repressive dictatorship. Much more than a minor adjustment, as is supposed, these women formed a slight force, which gave the clandestine militants stability to continue the fight.

KEYWORDS: Women; Resistance; Memory; ALN; Civil-Military Dictatorship.

O presente trata das redes de solidariedade formadas por mulheres que mantiveram vínculos orgânicos com a ALN (Ação Libertadora Nacional) e que prestaram os mais diversos tipos de colaboração a essa organização, participando não apenas de ações armadas, mas desempenhando também um papel primordial na retaguarda do movimento¹².

Muitas destas mulheres integraram uma rede legal de colaboradores ou tornaram-se quadros da organização. Figuraram nos documentos da repressão como *mantenedoras* ou *filiadas* da ALN, tendo respondido a processos na Justiça Militar ou constando como foragidas nesta documentação. Algumas atuaram sem despertar suspeita e jamais foram presas ou investigadas pelo regime militar.

Muito além do setor armado, que invariavelmente teve maior repercussão no período, principalmente no tocante à participação da mulher cuja atuação foi muito desqualificada pela polícia política e pela imprensa da época (basta verificar a utilização na imprensa da famosa “loira dos assaltos”), resgatamos a experiência de mulheres que fizeram parte de uma esquerda anônima e que foram fundamentais para garantir a vida de pessoas, bem como permitir a continuação das atividades da organização no Brasil, em especial nos momentos mais repressivos da ditadura.

Uma parte de sua contribuição à luta contra a ditadura civil-militar foi justamente a realização, dia após dia, de uma quantidade incalculável de tarefas, que em geral a historiografia tradicional não levou em consideração. Nossa tentativa foi a de mostrar que essas atividades quotidianas revestiram-se de novo sentido para essas mulheres ao mesmo tempo em que sua atividade, por mínima que fosse, também representou enormes riscos. Cabe

lembrar o clima de terror e suspeita da época. A imprensa estava amordaçada. À menor suspeita, a polícia fechava o campus das universidades e colocava todos para marchar, inclusive motoristas e cobradores de ônibus. O livreiro na universidade poderia ser um traidor em potencial (MELONI, 2009, p. 13).

Não havia segurança dentro da própria casa. Telefones eram controlados e não faltava trabalho para quem quisesse trair seu semelhante. Medo: de ter sido vítima da delação de algum ressentido, de estar com o nome numa agenda apreendida, do vizinho do lado, do colega de trabalho recém-contratado (MELONI, 2009, p.27-29).

As pesquisas realizadas nos 80 processos da Justiça Militar relacionados à Ação Libertadora Nacional (ALN), e consultados no Acervo Brasil Nunca Mais do Arquivo Edgard Leuenroth revelam que foi justamente essa parcela de colaboradoras a primeira a ser atingida pela repressão e, não obstante a compartimentação dos grupos armados, essas pessoas formaram uma ampla rede de apoio, ainda de todo desconhecida pela historiografia.

Muitas dessas mulheres sequer chegaram a ser fichadas pelo DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), tendo suas qualificações totalmente ignoradas pela polícia. As suas condenações junto aos Tribunais Militares também não refletem a militância que tiveram. Os processos da Justiça Militar eram instaurados com frequência, sem qualquer comprovação de sua atuação política, havia pessoas presas por engano, ausência de exame caligráfico em documentação apreendida e provas completamente forjadas. Por outro lado, os julgamentos judiciais, lançavam mão de que a militância feminina tinha sido motivada por seus cônjuges ou companheiros, que se aproveitaram da ingenuidade e da boa fé feminina para realizarem atividades para a organização.

Mesmo os advogados de defesa na ânsia de evitar condenação de suas clientes, apelaram para a imagem angelical da mulher, para sua educação “à moda antiga”, e para o fato de estarem cumprindo seus papéis de esposa em obediência aos seus respectivos maridos. Basta a demonstração destas questões presentes nos inquéritos policiais militares, para compreender

que a militância das mulheres foi ocultada pelos documentos da época.

A colaboração dessas mulheres foi parte também das transformações que se processaram na sociedade da época com relação à presença da mulher no espaço público. Os anos de 1960 trouxeram a mulher à cena pública de forma definitiva. Sua luta coincidiu e foi consequência de uma série de fatores do contexto político-econômico brasileiro. A industrialização e o êxodo rural ampliaram a perspectiva da mulher ao colocarem-na em contato com novas formas de vida e organizações da sociedade urbano-industrial. Elas engajaram-se de forma crescente em movimentos e associações de bairro, tiveram acesso à educação, passaram a fazer parte da população economicamente ativa. A mudança deu ensejo à luta pela transgressão de normas e códigos de gênero de forma mais acentuada, quando uma quantidade maior de mulheres passou a viver nas cidades.

É claro, que aliado ao embate de ideias, e à ebulição política do período, verificava-se progressivamente na sociedade um relaxamento das regras no comportamento social, que deixavam à mostra, tanto a necessidade de romper com atitudes conservadoras, como uma politização intensa que permeava cada vez mais as relações interpessoais³.

Militantes políticas também tiveram que conviver com o comportamento conservador de pais e mães. A mãe de Jessie Jane, por exemplo, tinha receio de que a filha se transformasse em “mulher de aparelho”. Vera Lúcia Xavier de Andrade, filha de um alto funcionário da construtora Odebrecht, sofreu com o rompimento de seu pai, ao dar um depoimento sobre sua vida sexual-afetiva para a revista *Realidade*. Somente reataram as relações, quando Vera saiu da prisão. Esta relação conflitiva também transparece, tanto para homens como para mulheres, nas poucas cartas de despedida trocadas durante a militância ou no interior da prisão,

Mãezinha querida,

Perdoa-me tudo o que de mal lhe possa causar. Perdoa-me o que talvez pareça mais uma de minhas loucuras. Parti hoje porque precisei. Talvez não compreenda. Eu cometi erros no passado. Sofri barbaramente e injustificadamente sob pretexto de pagá-los. Hoje estou só, vazia e amedrontada. Sei que aí em casa eu serei sempre um problema. Sei que a minha presença traz insegurança a todos e que o papai jamais me perdoará o meu passado. Não sei ao certo o que vou fazer, nem para onde vou. Maria Alice 19/05/1971⁴.

Partimos. Sei que se nós lhe falássemos, iria se opor. Ficamos com saudade bastante, mas esta é a solução quando um país inteiro morre de fome e se é jovem bastante para não se acomodar diante de tanta injustiça. Qualquer que seja nossa sorte, sei que não terá motivo para tristeza [...]. Pedimos que não culpe a ninguém em hipótese alguma, já que nosso ideal revolucionário vem de há muito. Eiraldo⁵.

Maria Lúcia Alves Ferreira (Malu) demorou alguns anos para se reconciliar com seu pai, que se sentiu traído por não saber que a atuação da filha ia muito além do movimento estudantil.

O engajamento destas mulheres foi ganhando intensidade e abrindo novas perspectivas. Uma das militantes da época afirmou ainda jovem ao tomar contato com a literatura revolucionária, “li o Manifesto Comunista e saí dando minha bicicleta. Entendi pelo tinha lido, que tinha que ser despossuída⁶”.

É com orgulho que algumas delas, especialmente em cidades do interior, tornaram-se as primeiras mulheres a andarem de calças compridas, como afirmou Albertina Pedrassoli. Sair da casa dos pais também era vivido como sinal de autonomia e independência para muitas delas, assim como a obtenção de trabalho representava independência financeira de pais, maridos ou irmãos mais velhos⁷.

A participação da mulher na luta armada foi também resultado desta mudança de paradigma em curso, demonstrada pela sua capacidade de rebelião e resistência, pela sua inserção em estruturas de guerra e de combate, modificando o ideário da dona de casa inserida no espaço do lar e circunscrita à figura da mãe de família, da mulher casta e bem comportada. A luta

política se somou assim, à luta de liberação feminina e a ideia da revolução colocou em cheque, não sem dificuldade, o quadro de pensamento da época e o modelo que em geral se aceitava na sociedade.

O DESPERTAR

A resistência partiu claro, inicialmente, de uma escolha individual. A necessidade de ajudar incitou mulheres (e também homens) que não tinham muitas vezes, vocação nem formação política definida ou muito clara, a participar da oposição ao golpe militar. Estimulou também em momentos posteriores, a que eles aderissem organicamente às organizações de luta armada, trazendo contribuições que foram muito além de um suporte material. No tocante às mulheres, verifica-se que elas utilizaram progressivamente todos os espaços de vida para a ação política: a família, os amigos, a escola, o trabalho, seus momentos de lazer.

A política, identificada como parte do universo masculino, num espaço em que as mulheres tinham pouca visibilidade, foi se transformando também à medida que a esquerda brasileira – não em sua totalidade – afastava-se de modelos fechados e antidemocráticos. A descoberta pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) dos crimes de Stálin foi a consequência também de modificações nas práticas políticas da época, associadas anteriormente ao burocratismo de Estado e à supressão das liberdades. No contexto ditatorial brasileiro, no entanto, o Partido Comunista e sua linha pacífica não conseguiram manter sua hegemonia em meio às forças de esquerda mais combativas, perdendo sua credibilidade, após o golpe civil-militar. O ano de 1965 caracterizou-se particularmente por essa mudança de posição dos núcleos estudantis, culminando com as grandes mobilizações de rua e com a entrada de muitos jovens nas incipientes organizações guerrilheiras nos anos de 1967 e 1968.

Surgia uma nova esquerda no cenário brasileiro, avessa às propostas do partido comunista local e influenciada por um novo rol de ideias e símbolos que tanto criticavam o capitalismo, como discordavam do socialismo soviético. Deixava-se

progressivamente de lado o socialismo comedido do partido para uma atuação interna mais incisiva e direta, quando o poder passou a estar na ponta do fuzil. E neste caminho, a Ação Libertadora Nacional ALN se anunciava como uma alternativa estimulando as mulheres a lutarem ombro a ombro com militantes homens. Desde os primeiros documentos produzidos pela organização, a participação feminina na guerrilha ganhou destaque:

[...] A participação da mulher no movimento revolucionário desde o primeiro momento constitui assim, uma garantia de êxito futuro e uma arma terrível contra o conservadorismo e a vacilação. Na luta revolucionária, não há homem que queira retroceder quando na vanguarda encontra a mulher combatendo⁸.

A figura de Carlos Marighella também encorajou estas mulheres a aderirem à ALN. Por muito tempo, o dirigente foi assistente das bases femininas criadas pelo Partido Comunista (PCB) e sempre estimulou os homens do partido a trazerem suas mulheres para as plenárias (TEIXEIRA, 2009, p.233).

No caso feminino, defender um sentimento de afirmação como mulher também esteve na origem da militância, em meio ao ambiente circundante. A transgressão na ordem dos costumes deu lugar a mulheres fortes e decididas. O rompimento destas mulheres com a sociedade patriarcal já vinha se dando anos antes e se intensificou nos anos de 1960 no interior da família, contra o Estado opressor ditatorial e no âmbito dos costumes e da sexualidade. Se a perspectiva de futuro para a mulher deixou de ser o casamento, a alavancada profissional deixou de ser a máquina de costura.

Necessário considerar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi uma escola de formação de muitas mulheres, que depois pertenceriam à ALN. Destacou-se nesse sentido, a Liga Feminina da Guanabara que fundada em 21 de abril de 1960 integrou-se num amplo movimento de combate à carestia de vida, recolhendo também assinaturas para levar caravanas de representantes à Brasília. Suas propostas foram entregues ao Presidente da República João Goulart, que encontrava nelas um apoio para suas Reformas de Base. A Liga lutou também em 1964

pela anistia dos sargentos, fez campanha contra os frigoríficos, denunciando o aumento do preço da carne e do leite em sucessivos comícios na Central do Brasil e na Vila Leopoldina⁹. Algumas de suas mulheres integraram e/ou mantiveram vínculos com a ALN como Antonieta Campos da Paz, Zilda de Paula Xavier Pereira, Clara Sharf e Ana Montenegro, que embora não tenha aderido à luta armada, alojava frequentemente Carlos Marighella em sua casa.

Antonieta Campos da Paz assinava reportagens no *Imprensa Popular*, jornal do Partido, e foi a responsável pela criação de uma revista intitulada *Momento Feminino*. Durante sua militância na ALN acolhia pessoas perseguidas, permitiu um curso de explosivos em sua casa, guardou malotes de dinheiro retirados de bancos, e foi a responsável por muitos levantamentos para as ações armadas da organização. Segundo sua filha Mariza, Antonieta nunca passou do primário. O partido foi para ela uma verdadeira escola de vida, e tudo que aprendeu foi adquirido nos cursos de política do PCB¹⁰.

Clara Sharf foi a primeira mulher a criar a Associação de Mulheres de Pernambuco. Participou do Conselho do Partido Comunista através do qual conheceu Carlos Marighella, e mesmo sendo a esposa do homem mais procurado pela repressão no Brasil, escondeu pessoas em sua casa e ajudou na manutenção financeira das famílias de militantes que iam a Cuba, fazendo constantes doações de roupas, alimentos e remédios.

Edith Negraes Brisolla, também passou a dar apoio logístico à ALN, como atesta sua sobrinha, também militante da organização, “quando veio o AI-5 e a repressão se tornou muito maior, minha tia me propôs fazer uma lista de pessoas que poderiam dar esse apoio logístico, importante, conforme ela já sabia pela militância passada (no PCB) [...]”¹¹.

Se o partido foi um aprendizado para muitas mulheres, que a partir dele, se inseriram na política, para outras, ele teve apelo pequeno ou gerou grandes frustrações, levando ao seu rompimento. Esse foi o caso de Miriam Malina que viveu em Moscou onde concluiu o curso de Direito na Universidade Patrício e Lumumba para depois, no Brasil, se incorporar à organização. Da mesma

maneira, Neuza Santanna Pinheiro Coelho jornalista do *Ultima Hora*¹², e colega de trabalho Joaquim Câmara Ferreira (*Toledo*)¹³.

Maria de Lourdes Rego Mello, formada em filosofia pela Universidade da Bahia e ligada ao Partido Comunista, era o braço direito de *Toledo* na ALN. Era a responsável pelos contatos com os militantes que chegavam de Cuba, pela obtenção de locais de encontro para reuniões e por uma série de outras tarefas no interior da organização¹⁴.

Para muitas delas, a conscientização política deu-se também a partir do viés religioso, acompanhando a sensível transformação da igreja daqueles anos e associando militância a trabalhos assistenciais ou a cursos de alfabetização. O ambiente dos internatos religiosos, que muitas delas frequentaram, pode ter colaborado também para o desejo de modificação de costumes por parte dessas mulheres. A passagem por esses lugares foi ocasião de se defrontarem, em maior ou menor grau, com o pensamento conservador da Igreja¹⁵ ou, em alguns casos, com linhas até mais progressistas. Moema São Thiago, por exemplo, acompanhava durante a faculdade, o grupo de alfabetização de Dom Frágoso em Fortaleza. Arlete Diogo realizava educação de jovens na Favela da Vila Prudente, e, na Vila Zelina, onde morava, também organizou um grupo de discussão política e panfletagens.

Ana Corbisier foi desde garota muito influenciada pelos trabalhos assistencialistas realizados pela tia na Favela da Vila Altino passando a desenvolver posteriormente trabalho junto da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), enquanto cursava Ciências Sociais na USP. Participava também de todas as atividades promovidas pelos dominicanos, assistindo aos cursos promovidos pelo Frei Carlos Josaphat, e realizando distribuição nas ruas do jornal *Brasil Urgente*.

Maria Lygia Quartim de Moraes, por exemplo, foi despertada pelo trabalho de assistência social desenvolvido por sua tia Nadir Kfoury, fundadora do Partido Democrata Cristão. Sua visão de esquerda, como disse, foi muito influenciada pela visão cristã, adquirida em colégio interno, para depois mergulhar na literatura de Simone de Beauvoir.

Norma Leonor Hall Freire jornalista da revista *Realidade*

afirma que antes de qualquer tipo de ideologia, o despertar de uma *consciência feminina* parece estar na base de seu desejo de mudança. Foi educada no ambiente conservador de um Colégio de Freiras, do qual foi expulsa por transgredir o regulamento. Outras militantes da ALN também frequentaram estes colégios como Darci Toshiko Miyaki que estudava no Maria Imaculada em São Paulo, e Lídia Guerlenda que descreveu à pesquisadora Ruth Lima, a dificuldade que teve para romper com sua formação religiosa quando passou a militar¹⁶.

Moradora do bairro Taquaral em Campinas, interior de São Paulo, Diva Maria Burnier realizava trabalhos de conscientização junto ao Padre Milton Santana da Igreja Nossa Senhora de Fátima na cidade. Oriunda também da Juventude Católica, Yara Gouvêa, na época estudante de Letras na USP, acompanhou todos os seminários realizados por padres estrangeiros que vinham ao Brasil naquele momento, e que pregavam a necessidade da integração do intelectual à vida operária. Como ela diz, “[...] minha primeira atuação foi realmente imbuída desse espírito das leituras das encíclicas todas, a gente estudava aquelas encíclicas, de João XXIII, todos os documentos de Medelín [...]”¹⁷.

Ana Maria Ramos, militante do movimento secundarista também esteve ligada à Igreja Metodista, que formava na época moças para serem missionárias da Igreja, antes de entrar na ALN. Sua turma foi a última a se formar, pois, pouco tempo depois o Instituto Metodista foi fechado pelo regime militar.

Tereza Poggi, italiana que se transferiu para o Brasil para realizar trabalhos junto a Dom Helder Câmara na capital pernambucana começou muito naturalmente a prestar solidariedade arranjando casas para esconder militantes perseguidos. Partindo para São Luís do Maranhão passou não só a receber pessoas em sua própria casa, mas a ajudá-las com recursos médicos e financeiros. Acolhendo pessoas, também permitiu o desenvolvimento de um trabalho político junto às quebradeiras de babaçu na região.

O protagonismo político feminino contrastava, contudo, com a forma de atuar do regime, cuja ideologia não só naturalizou as diferenças macho/fêmea, mas tratou de criar um arcabouço

de ideias que procuravam desmobilizar politicamente a mulher, apelando para comportamentos que “ameaçavam” a família brasileira.

A oposição política era dirigida e seletiva, e em especial contra a mulher militante. Já é conhecida a frase de um torturador a uma mulher; “agora, sua puta, você vai parir eletricidade!” E de outro que, dizia a uma militante de Brasília, “Vou colocar seu bebê numa bacia com gelo e vou deixa-lo até virar sorvete. Depois, vou quebrar um por um os seus ossinhos. Esse vai ser seu castigo, para que nunca se esqueça do que fez em seu passado¹⁸”.

Era uma maneira fácil de se livrar delas, colocando a opinião pública contra a oposição política que faziam. Sem mencionar a internação destas mulheres em Manicômios Judiciários, cujo caso mais flagrante, foi o de Sylvia Montarroyos alguns dias após o golpe de estado, internada no Manicômio da Tamarineira em Pernambuco e de Zilda Xavier Pereira entregue pela repressão ao Instituto Pinel do Rio de Janeiro.

Também podemos destacar o papel do Juizado de Menores, que pouco fez pelas adolescentes detidas e torturadas, como Maria Alice Campos Freire, Rosângela Alves Japiassu, Ilma Noronha ou mesmo homens como Jorge Wilson Fayal que estavam na linguagem do regime, “sujeitos à legislação especial”.

AS DIFERENTES FORMAS DE MILITÂNCIA

A militância política dessas mulheres foi resultado de um processo em que vários fatores estiveram envolvidos como tipo de educação familiar, pertencimento a partidos políticos, influência de familiares de esquerda, leituras realizadas, atividades culturais desenvolvidas, ideias cristãs, influência de professores e até mesmo de grupo de amigos. Não podemos desconsiderar também que os espaços abertos a elas nas universidades influenciaram seus sentimentos de independência, vontade de viver e até num espírito de aventura e experimentação que poderiam tê-las levado à militância política.

A liberação dos costumes, em especial das mulheres, gerou

igualmente muitos conflitos em família. E, em alguns casos, a saída da casa dos pais para fugir ao rígido controle, pode também favorecer a vida do militante, em especial daqueles que já estivessem engajados nos grupos de combate à ditadura. Em outros casos, a casa dos pais foi utilizada como ponto de encontro para reuniões e feitura de material clandestino. Nesse tocante, o apoio dos pais foi essencial tanto para a proteção da organização, como de seus filhos mais diretamente.

O apoio da família e de parentes também fez parte de algumas atividades desenvolvidas por algumas mulheres que, através do acesso a hospitais, prisões e delegacias ou mesmo dentro de suas casas, procuravam prestar solidariedade e trazer conforto aos seus filhos, sobrinhos, netos, irmãos e maridos. A resistência dessas mães nasceu e viveu dentro de suas próprias casas à medida que se solidarizavam com seus filhos ou simpatizavam-se com a ALN. Muitas delas foram presas e obrigadas a prestar declarações sendo envolvidas nos processos da ALN e associadas à “luta subversiva”. Em que pese o carinho e conforto que traziam, também funcionaram como grandes parceiras na comunicação entre os militantes, dando algum tipo de sustentação à luta, quando não se integrando de fato à ALN, como foi o caso de Maria Conceição Sarmiento Coelho da Paz e Maria José Araújo.

Verificamos por outro lado, que algumas mulheres tinham pais ou parentes conservadores, não raro aliados ao esquema repressivo de Estado, a Ministros e a personalidades políticas (civis e militares) da época. O parentesco, contudo, não serviu como fator de desmobilização para essas mulheres, que souberam utilizar as brechas e as informações de governo, para impulsionar o movimento revolucionário. O pai de Maria Lygia, por exemplo, costumava se encontrar casualmente com Romeu Tuma nos jogos de bocha nos fins de semana. Sabendo através de seu pai, dos vínculos mantidos por Tuma no DOPS, Maria Lygia preveniu a organização.

A mãe de Ana Corbisier era secretária executiva do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e trabalhava com Golbery de Couto e Silva em São Paulo. Andava com seus arquivos em seu carro e circulava no meio dos empresários.

Amigos e conhecidos da família de Leda Gitahy, por exemplo, tinham graus de parentesco com a família Camargo Correia. Não que isso os tornasse, por razões de família, apoiadores do regime. De qualquer forma, alguns alertas chegavam até Leda para que evitasse presença nos protestos de rua.

A repressão era capaz de dividir famílias, de provocar cizânia entre pais e filhos, de colocar irmãos contra irmãos. A ditadura muito habilmente estimulava a delação, a traição, e toda a sorte de baixezas possíveis na obtenção de informações. Um assunto doloroso para as famílias, e não menos incômodo para Guiomar Silva Lopes. No afã de ajudá-la a abreviar seus anos de cadeia seus pais foram influenciados a escrever uma carta de apelo, sem o conhecimento de Guiomar, a Emílio Garrastazu Médici. Esse fato a desgostou tão profundamente que Guiomar tentou o suicídio na prisão.

Diva Burnier não encontrou muito apoio em sua família. Sobrinha do Brigadeiro João Paulo Burnier, idealizador da Operação Para-Sar¹⁹, sua militância foi motivo de grande vergonha para os pais, que se mudaram de Campinas após trinta anos morando na cidade. Sua mãe a visitava na cadeia, seu pai bem menos.

Yara Gouvêa também teve uma relação complicada com seu pai, apoiador do regime e oficial do Exército. Tinha receio de que o próprio pai a entregasse para a repressão, pois ele mantinha relações muito íntimas com o pessoal da Escola de Cadetes de Campinas. No DOPS, como ela afirma, tentaram obrigá-la a assinar um documento negando sua militância política,

Meu pai e um outro delegado queriam que eu assinasse um documento, porque foi o momento que eles faziam depoimentos falsos dizendo que você tinha sido induzida a participar [...] era o momento em que eles começavam a pôr pessoas na televisão, os arrependidos. Isso foi feito, eles tentaram fazer isso comigo²⁰.

Moema São Thiago era sobrinha do deputado Flávio Marcílio responsável pela vinda ao Brasil do coronel salazarista Hermes de Araújo Oliveira, convidado para dar aulas sobre Guerra Revolucionária e Contra Guerrilha.

Pelo acima exposto, salta aos olhos o desprendimento e coragem destas mulheres, firmes em suas escolhas. No que se refere ao engajamento na ALN, devemos considerar que o denominado setor de apoio da organização, deu ampla contribuição na luta contra a ditadura, prolongando a existência da ALN. Além de egressas do partido comunista, a ALN teve representantes em escolas, centros culturais, empresas, fábricas e repartições públicas.

Ao se falar, porém na atuação das mulheres nas estruturas de apoio da guerrilha, reafirma-se constantemente que esse tipo de atividade corroborou um papel feminino tradicionalmente marcado pelo “cuidado” com o outro, não sendo por isso caracterizada como uma participação transgressora e de rompimento com o pensamento conservador da época. Sua atuação pública ficaria restrita então, ao que a filósofa Sara Ruddick chamou de “pensamento maternal”, definido como o ato interessado em manter e preservar a vida (RUDDICK, 1982: p. 76-94).

Essa interpretação desconsidera o papel de interferência que esse setor teve no movimento revolucionário, e principalmente não explica todos os níveis de participação que mulheres e também homens tiveram no movimento de resistência. Na política de ampliação de quadros da Ação Libertadora Nacional (ALN), foco de nossa pesquisa, verificou-se que o processo de recrutamento respeitava as diferentes potencialidades de cada militante – fossem eles, homens ou mulheres – que podiam contribuir de muitas maneiras dentro de suas habilidades pessoais ou de aspectos relacionados à sua personalidade.

A estrutura horizontal da Ação Libertadora Nacional (ALN) contribuiu para fortalecer o sentimento da mulher de ser protagonista da história e motor da mudança política. Estabelecendo a autonomia de ação como sua linha estratégica, a organização impulsionou a participação política da mulher quando a militância passou a ocupar todos os espaços de sua vida. Atuando em rede, estas mulheres realizaram uma variedade de atividades revolucionárias que não estavam *a priori*, definidas como funções femininas ou masculinas e nem expressavam

divisões sexistas no interior do grupo.

Além disso, quando se menciona a ausência da mulher em postos de comando no interior da ALN, deixa-se de considerar toda a atividade desempenhada por elas em vários outros setores da organização, de igual ou maior importância. As mulheres estiveram em todas as frentes de luta no interior da Ação Libertadora Nacional (ALN), utilizando todos os espaços de vida para a ação política e emprestando seus talentos e suas competências na luta contra a ditadura civil-militar.

A simples posse de material dito “subversivo” em casa, independente de sua difusão, já configurava delito contra a Segurança Nacional, passível de pena pelo AI-5. Leslie Denise Belloque, por exemplo, foi presa sob esta alegação e sua irmã, Carmem Belloque, por ter lhe prestado dinheiro...

Embora o eixo Rio - São Paulo tenha se destacado como o local privilegiado de atuação da organização, a ALN esteve presente em muitos outros estados brasileiros, como Minas Gerais, Goiás, Brasília, Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará. No interior do estado de São Paulo ela também atuou como em Marília, Bauru e Ribeirão Preto. Em cada estado a mulher atuou de forma diferenciada, tentando realizar trabalho de conscientização social, se inserindo no movimento camponês, mesclando-se aos trabalhos das pastorais, utilizando as estruturas que os locais ofereciam para a criação de bases de sustentação, áreas de recuo tático, rotas de saída para seus militantes. Em todos estes locais, sempre houve o trabalho das mulheres. Quem se encarregava da base de Ribeirão Preto (SP), por exemplo, que serviria como recuo tático para a ALN, era Ilda Gomes, viúva de Virgílio Gomes da Silva.

Pouco se sabe, por exemplo, da relação que foi estabelecida entre a organização e os remanescentes da Guerrilha de Trombas e Formoso. Foi uma mulher pertencente à Corrente Revolucionária de Minas, já em fase de fusão com a ALN, que foi enviado a Goiás para contatar estes militantes. Em Pernambuco, na Zona da Mata, havia um grupo de mulheres que realizavam encontros com os camponeses nas plantações de cana de açúcar. Para a polícia local, a primeira inspeção realizada era nas pernas, se

encontrassem cortes, era a prova de que estavam envolvidas em “subversão”.

Em Mato Grosso, algumas mulheres utilizaram seus conhecimentos de enfermagem, para se inserir na região e desenvolver trabalho político. Em Santos, Marighella contava com um núcleo de professoras que se reuniam clandestinamente na “cidade vermelha” para discutir com o até então, Agrupamento Comunista de São Paulo, a proposta de luta armada. Entre elas, uma diretora de escola, que anos mais tarde foi presa e fichada pelo DOPS.

Um elemento inovador, trazido pela pesquisa, foi mostrar como a militância política foi diversificada para estas mulheres. Quando vemos mais de perto esta experiência, observamos que não havia uma distinção muito clara entre vanguarda e retaguarda no movimento armado, e que muitas vezes não faz sentido em se falar da atuação feminina no GTA (Grupo Tático Armado), quando na realidade, a ALN estimulou e utilizou, de acordo com as necessidades do momento, as competências e talentos individuais de cada uma delas para a execução de muitas tarefas.

Isso não quer dizer que as mulheres que participaram de ações armadas, não devam ser lembradas. Foram firmes e corajosas, estando sempre dispostas a combater como soldados, manejando com destreza as armas de fogo e mantendo sangue frio permanente. Suas experiências foram além do que se convencionou chamar de “repouso do guerrilheiro”, resultado da repugnância tradicional em relação à participação feminina em conflitos armados. Considera-se mais frequentemente mulheres como vítimas dos conflitos políticos do que como sujeitos capazes de administrar o combate e a morte.

Claro, que estar numa ação armada, trazia uma “recompensa” mais imediata para o militante, fosse homem ou mulher, a se considerar que na época, o apelo era pela ação armada. Embora a ação armada fosse o elemento final numa “guerra de guerrilhas”, não era apenas ele que determinava o valor de um quadro. Tanto é que Marighella era favorável à manutenção do braço legal na organização, que além de diminuir os custos com a sobrevivência dos quadros clandestinos, colaborava no recrutamento de

gente. Para o dirigente, a passagem de um tipo de luta para a outra, não excluía nenhuma delas. Nas tentativas de alianças que Carlos Marighella empreendeu esta máxima está presente. O dirigente se reuniu com de um espectro largo de contatos, políticos e intelectuais justamente porque esta rede de apoio era extremamente importante.

A ALN foi formada por muitos desses profissionais que funcionaram como mantenedores logísticos da organização que, através de imóveis, de empresas privadas ou outros estabelecimentos particulares ou públicos, arrecadavam dinheiro para organização. Estabelecimentos de ensino, estacionamentos de automóveis, casas de Xerox, óticas, fotópticas, farmácias também foram utilizados pela organização quando não comprados por ela para servirem à luta armada. Nesses locais realizavam-se reuniões clandestinas, impressão de material e arrecadação de dinheiro.

Militantes da ALN reuniam-se à luz de velas no interior da Ótica Riviera em Ribeirão Preto propriedade do pai de Paulo Eduardo Pereira²¹, e iam treinar tiro na chácara de Waldemar Tebaldi no interior de São Paulo. Carlos Guilherme Penafiel mantinha um estúdio fotográfico que servia à organização e Lúcia Novaes foi presa e acusada de abastecer a guerrilha de títulos eleitorais, trabalhando no interior do Tribunal Regional Eleitoral.

Idnaura Marques era enfermeira e recolhia medicamentos para enviar à Guerrilha do Araguaia²². No Hospital Samaritano de São Paulo (SP), Lúcia Airosa mantinha num cofre documentos, medicamentos e instrumentos cirúrgicos que teriam mesmo destino. Regina Elza Solitrenick psiquiatra, utilizava a Casa de Repouso onde trabalhava em Santo André (SP), para abrigar pessoas perseguidas, até que elas pudessem deixar o país. Passava recado e diretrizes da organização dentro de comprimidos de *optalidon* e, quando presa, ajudou a cuidar, como psiquiatra, de companheiros de cela enlouquecidos pela tortura. Francisco Romero abriu uma autoescola no interior de São Paulo que servia à ALN e Ana Maria Ramos até ser presa, era responsável por providenciar para a organização casas que servissem como “aparelho”.

A formação de um guerrilheiro/a completo também era encorajada (cerca de trinta mulheres, por exemplo, foram enviadas a Cuba para realizar treinamento de guerrilhas) e quase todas as mulheres sabiam atirar, ou tiveram um contato mínimo com armas para defesa pessoal.

Por outro lado, os militantes da ALN, continuaram a utilizar os conhecimentos e contatos adquiridos no interior do Partido Comunista (PCB), e em especial nos períodos mais críticos. Quadros do partido também ajudaram, seja acolhendo, passando um dinheiro, ajudando a sair pela fronteira ou desmontando um mimeógrafo. Isso, claro, dependeu mais da disposição pessoal de seus militantes, do que do partido, já que a posição política do Comitê Central era diametralmente oposta à ideia da luta armada.

As mulheres abrigaram em suas casas cursos de explosivos, rodavam material político para distribuição nas universidades e nas fábricas, realizavam levantamentos, atuavam como pombos correio no interior das prisões e como portadoras de mensagens aos quadros da organização que estavam atuando no exterior. O panfleto atirado no *justiçamento* de Boilesen, por exemplo, foi escrito por uma mulher. O setor de inteligência da organização estava entregue também a duas mulheres. Conhecida é a atuação de Zilda Xavier Pereira, responsável por coordenar o trânsito de militantes entre Brasil e Cuba. Pessoa de extrema confiança de Carlos Marighella, Zilda também desempenhou um papel chave no estabelecimento de contatos no campo, organizando também a partida de militantes para as regiões do Araguaia, Mato Grosso e Pará²³. Sua filha, Yara Xavier Pereira, era quem difundia as notícias da *Rádio Libertadora*. Ana Maria Nacinovic, por exemplo, além de carregar metralhadora, desenhava para os periódicos da ALN.

Tânia Mendes recolhia informações sobre a contribuição de dinheiro das empresas para a OBAN. Realizava um trabalho estratégico para a ALN na gerência de marketing da Pirelli. Foi lá que descobriu não só que Albert Henning Boilesen, diretor da companhia Ultrazgaz, alertava suas congêneres para o perigo das organizações armadas, mas se deparou também com os

organogramas das organizações armadas publicados junto aos boletins cambiais das empresas.

Ruth Tegon, por exemplo, trabalhava na época na Scala D'Oro, uma empresa de tecidos finos cuja diretoria pertencia a um afilhado do Ministro da Economia Delfim Neto. Como parte das empresas que mantinham vínculos com a OBAN, a Scala D'Oro recebia a visita de muitos militares, todos à procura de sedas para suas amantes.

Exercendo a profissão de jornalista, Norma Leonor Hall Freire também utilizou seu trabalho para repasse de informações. Atuou como pombo correio no interior da ALN utilizando a rede dinâmica de contatos de sua profissão para ajudar pessoas. Vilma Ary porta voz do movimento estudantil paulista na área de Educação no jornal, *Folha de São Paulo* realizou muitas coberturas de passeatas estudantis, não sem os riscos que isso envolvia, apurando também as mentiras plantadas na imprensa pela repressão²⁴.

Darci Miyaki fez treinamento militar na Coréia e em Cuba. Na casa de Nair Breyton realizavam-se os encontros de Marighella com os militantes de São Paulo. A lista dos 15 banidos que saíram em troca do sequestro do embaixador americano foi confeccionada ali. Presa, a casa entrou para os jornais como a “Casa do Terror”.

Outras mulheres cuidavam, junto de seus maridos, das propriedades compradas no campo pela ALN, com escritura legal de terra. Nos documentos da repressão, encontram-se muitos contratos de compra de terra anexados aos processos em locais como Vitória de Santo Antão (PE) e São Félix do Araguaia (MT).

A atuação política como se vê foi num crescendo, tanto para homens como para mulheres. O aprimoramento de um quadro era sempre um elemento desejado. Em Cuba, por exemplo, durante as longas caminhadas do treinamento guerrilheiro, o ritmo da tropa era determinado pelo último da fila. Foi pela interferência de Carlos Marighella junto aos cubanos, por exemplo, que as mulheres puderam participar do treinamento de guerrilha rural na ilha, já que os cubanos alegavam que as mulheres eram fatores

de divisão na tropa.

A ousadia destas mulheres foi muito grande. A militância para elas foi uma decisão sem volta. Estavam dispostas a tudo. Algumas mulheres chegaram a ter suas cabeças à prêmio, sendo perseguidas e monitoradas pelas ruas. Algumas delas tiveram pena de morte decretada, como Sônia Ferreira Lima. Outras não viram a modificação da lei, convertida posteriormente em prisão perpétua, sendo mortas em pontos de ônibus ou em centros clandestinos de tortura. Algumas foram até incineradas a se considerar como verdadeiro o depoimento do ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra, sobre a morte de Ana Rosa Kucinsky na Usina Cambahyba no interior do Estado do Rio de Janeiro²⁵.

Naquela conjuntura, quando presas, estas mulheres não costumavam assumir em juízo as ações armadas que praticavam, nem para o encarregado do inquérito, como é obvio, e mantendo sigilo até mesmo de seus advogados. Quando não havia flagrante, a ideia na organização era assumir as ações de menor implicação, como roubo de perucas, e pequenas *expropriações* em supermercados, do que um sequestro de avião, da captura de um embaixador estrangeiro, ou de um ministro ou funcionário de governo. Nem por isso, contudo, estas mulheres deixaram de defender sua posição revolucionária, manipulando o próprio sistema político designado para excluí-las e utilizando a seu favor o código de gênero da época.

Homens também tiveram que superar sua falta de habilidade na condução de automóveis, no manejo de armas, melhorar sua capacidade física e de disciplina. Se havia guerrilheiros cujo refino teórico era mais flagrante do que suas qualidades militares, muitas mulheres também se destacaram como observadoras disciplinadas, boas atiradoras e com capacidade de liderança. Elas também ocuparam postos estratégicos na ALN como Zilda Xavier Pereira e Guiomar Silva Lopes, da direção nacional, Antonieta Campos da Paz da direção regional, Maria de Lourdes Rego Mello, da direção estratégica de campo, Maria Cerqueira da direção regional do Rio de Janeiro, Ana Maria Nacinovic, da direção regional de São Paulo.

Podemos afirmar que foi pela luta que as mulheres se fizeram

reconhecer, foram combatentes antes mesmo de muitas terem se libertado sexualmente. A guerra ensinou às mulheres muitas coisas no domínio material, sobretudo, as ajudou a desvendar novas energias. Era natural que mulheres fossem recrutadas para a organização, em áreas nas quais as mulheres já representavam um forte percentual na época, como em locais de ensino, junto a normalistas e universitárias, em setores de serviço social, em trabalhos de secretariado ou no interior das fábricas e sindicatos. As associações de bairro, vilas fabris também eram locais históricos de penetração da esquerda, assim como os espaços engajados de cultura. A conquista pelos homens de certas especialidades até então reservadas às mulheres, é um fator também significativo desta evolução²⁶. Eles também atuaram como apoios integrados a outros setores da organização que estavam longe do manejo de metralhadoras ou de ataques a bancos ou de tarefas decisórias reservadas ao Comando Nacional da ALN.

O devotamento a uma causa como podemos ver, pode assumir também diversas formas de atuação, já que a guerra também demanda os mais diferentes tipos de preparo, formação e desprendimento pessoal.

Ser simpatizante e legal ampliava também os acordos políticos, dava mobilidade e permitia uma série de atividades revolucionárias. Muitas mulheres que não foram processadas nem presas pelo regime militar encaixavam-se nesse perfil. Não eram as famosas loiras dos assaltos, e fizeram bem mais do que isso...

NOTAS:

1 A tese *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na Ação Libertadora Nacional (ALN)* está disponível on-line <http://www.cedema.org/uploads/Badan_Ribeiro-2011.pdf>.

2 Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP). O Guerrilheiro nº 1.

3 Até passado recente, por exemplo, as mulheres não tinham a mesma igualdade jurídica

dos homens. Seu cônjuge podia interferir tanto na sua vida profissional como desautorizá-la a realizar qualquer atividade sem sua autorização expressa. Uma mulher casada não podia abrir conta em banco, nem se inscrever numa universidade, e, em menor grau ainda, sair desacompanhada. O divórcio, por exemplo, até o ano de 1962 era classificado como um *aspecto social negativo ou patológico*. Esse dado encontra-se na “Estatística do Século XX”, num estudo promovido pelo IBGE. Disponível em <: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtm.> Acesso: junho de 2008.

4 Carta de Maria Alice Campos Freire. Arquivo Edgard Leuenroth. Acervo Brasil Nunca Mais, Processo 172, p. 296-297.

5 Carta de Eiraldo Palha Freire. Arquivo Edgard Leuenroth. Acervo Brasil Nunca Mais, Processo 537, p. 197. Eiraldo foi morto pela ditadura no episódio da tentativa de sequestro do avião Caravelle, pela ALN, em julho de 1970 no Rio de Janeiro.

6 Depoimento de Vera Sílvia para o documentário produzido pela TV Câmara. Memória Política. Vera Sílvia: a história de uma guerrilheira.

7 Os primeiros concursos para mulher bancária, por exemplo, uma profissão majoritariamente dominada por homens foram abertos em 1969.

8 Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP). O Guerrilheiro n° 1.

9 Cf. PAZ, Mariza Campos Da. *Nieta dos campos da paz*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012.

10 Entrevista de Mariza Campos da Paz, Rio de Janeiro, 06 de julho de 2010.

11 Entrevista de Sandra Negraes Brisolla, Campinas (SP), 24 de outubro de 2008.

12 A primeira edição da *Ultima Hora* foi lançada em 12 de junho de 1951. O jornal nasceu em um período de forte efervescência política e social, e em apoio a Getúlio Vargas, presidente até então do país. O jornal esta disponível no acervo on-line do Arquivo do Estado de S. Paulo < <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/> >

13 Neuza Coelho integrou-se à ALN e era ativa militante no movimento sindical do Porto de Santos e no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, do qual foi também, uma de suas fundadoras. Cf. Mulheres Jornalistas formam Coletivo no Sindicato. In: *Unidade*. Jornal dos Jornalistas, março de 2010, edição n°325, p. 5.

14 Caetano Veloso fez uma homenagem a Maria de Lourdes, “Lurdinha”, sua colega de classe, confessando que foi graças a ela, que ele deu apoio à Ação Libertadora Nacional (ALN). (Globo, 11/09/2011). Cf. Fonte: <<http://bahiaempauta.com.br/?p=47497>>.

15 Maria Lygia Quartim de Moares escutava na sala de aula: “melhor casar que abrasar”. Vera Gertel em suas memórias, afirma que para ser contratada como atriz na época, foi obrigada a realizar exame contra doenças venéreas.

16 Cf. LIMA, Ruth Ribeiro de. *Nunca é tarde para saber: histórias de vida, histórias da guerrilha*. 1998. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

17 Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 8 de julho de 2010.

18 Depoimento de Gilse Cosenza. *Contos da Resistência* n° 1. TV Câmara. 24/03/2004.

19 A operação PARA-SAR, também conhecida como o Atentado do Gasômetro diz respeito a um plano de extrema direita arquitetado pelo brigadeiro Joao Paulo Burnier em 1968 que visava empregar o esquadrão de resgate Para-Sar na detonação de explosivos em atentados em diversas vias públicas do Rio de Janeiro, que seriam atribuídos aos movimentos de esquerda.

20 Entrevista de Yara Gouvêa, Brasília, 8 de julho de 2010.

21 Entrevista de Maria Aparecida Santos, Ribeirão Preto, 28 de novembro de 2008.

22 Houve um acordo de cooperação entre a ALN e o PC do B. Depoimento de Carlos Eugênio Paz, São Paulo, 21 de setembro de 2003.

23 Cf. livro do jornalista Mário Magalhães, publicado em 2012 pela Companhia das Letras, *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, que descreve em pormenores a atuação de Zilda Xavier Pereira na ALN. Cf. também *A guerrilheira que mandava em Carlos Marighella*. *Jornal Opção*, Euler de França Belém <<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/imprensa/a-guerrilheira-que-mandava-em-carlos-marighella>>.

24 Entrevista de Vilma Ary, São Paulo, 16 de novembro de 2008.

25 GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2012.

26 Os presos políticos saíram transformados da prisão, quando em suas celas foram obrigados a realizar tarefas consideradas para a sociedade da época, como de “domínio feminino”. Entrevista de Albertina Pedrassoli Salles, São Paulo, 02 de setembro de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ARY, Wilma. *Trauma do ovo ou culpada e/ou inocente*. São Paulo: Sol, 2005.

- BREYTON, Jacques. *D'un Continent à L'autre*. Mémoires. [S.l., s.n.], 2005.
- GERTEL, Vera. *Um gosto amargo de bala*, 1ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- GOUVÊA, Yara. BIRCK, Danielle. *Duas vozes*. São Paulo: Editora de Cultura, 2007.
- LIMA, Ruth. Nunca é tarde para saber: histórias de vida, histórias da guerrilha. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- MAGALHAES, Mario. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- MELONI, Catarina. *1968. O tempo das escolhas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.
- MONTARROYOS, Sylvia de. *Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos*. Recife: Cepe, 2013.
- RUFINO, Joel. *Assim foi (se me parece)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- PAZ, Mariza Campos Da. *Nieta dos campos da paz*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012.
- RUDDICK, Sara. "Maternal Thinking In Rethinking the Family: Some Feminist Questions. New York: Longman, 1982.
- TEIXEIRA, Edson. *Carlos, a face oculta de Marighella*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.